

representa**coop**

  
relações  
institucionais

# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRP Nº 24 – ano 2025

09 a 13 de junho de 2025

 **SistemaOcepar**  
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR



## GOVERNO RECUA SOBRE AS NOVAS REGRAS DO IOF

Governo recua e publica novas regras sobre o IOF após críticas do Congresso e do setor produtivo. Na noite de quarta-feira (11/06), o governo federal publicou, em edição extra do Diário Oficial da União, o Decreto nº 12.499/2025 e a Medida Provisória nº 1.303/2025, alterando o pacote de aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). **O recuo parcial nas propostas iniciais foi motivado pela forte reação negativa do mercado, do setor produtivo e de parlamentares.**

O novo texto foi construído por meio de **acordo entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP)**, além de outras lideranças do Congresso Nacional. As medidas têm como objetivo central **recalibrar a arrecadação para cumprir as metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal**. Em maio, o governo já havia anunciado bloqueio orçamentário de R\$ 30 bilhões e previsão de arrecadar outros R\$ 20 bilhões com a alta do IOF.

A nova versão da medida, negociada com o Congresso, evita a necessidade de novos contingenciamentos que afetariam diretamente emendas parlamentares e gastos federais estratégicos. **Além de revisar alíquotas e isenções no IOF, o pacote inclui mudanças na tributação de investimentos e três propostas de corte de despesas públicas**, envolvendo previdência, educação e benefícios assistenciais.

📄 [Clique aqui para acessar o Decreto nº 12.499/2025](#)

📄 [Clique aqui para acessar a Medida Provisória nº 1.303/2025](#)

### MINISTRO DA FAZENDA PRESTA ESCLARECIMENTO NA CÂMARA:



Fonte: Agência Câmara.

# PRINCIPAIS PONTOS DA NOVA REGULAMENTAÇÃO

Abaixo, seguem os principais pontos da nova regulamentação publicada pelo Governo Federal:

## Crédito entre empresas (Pessoa Jurídica)

Alíquota fixa reduzida de 0,95% para **0,38%** + alíquota diária de **0,0082%**. Unificação entre empresas do Simples Nacional e demais.

## Fundos FIDC (crédito)

Alíquota fixa de **0,38%** para aquisição primária de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

## Apostas eletrônicas (bets)

Aumento da alíquota sobre o faturamento das casas de apostas de 12% para 18%. Sem mudança nos prêmios ao apostador.

## Operações de risco sacado

Eliminação da alíquota fixa de 0,95%. Mantida apenas a diária de **0,0082%**, com **redução estimada de 80% na carga tributária**.

## IOF sobre câmbio

Retornos de **investimentos diretos estrangeiros** passam a ser **isentos** de tributação.

## Gastos públicos e benefícios sociais

Inclusão do Pé-de-Meia no piso da educação; ajustes no Seguro Defeso; mudanças no serviço Atestmed/INSS; compensações previdenciárias sujeitas à dotação orçamentária.

## Previdência privada (VGBL)

Até 31/12/2025: IOF apenas sobre o valor que **exceder R\$ 300 mil por ano**. A partir de 2026: IOF sobre valor superior a **R\$ 600 mil anuais**. Contribuições patronais ficam isentas.

## Tributação sobre investimentos (IR)

Criação de alíquota única de 17,5% sobre rendimentos de aplicações financeiras (LCI, LCA, CRI, CRA e debêntures incentivadas passam a pagar 5%). Poupança segue isenta.

As medidas ainda dependem de análise e votação no Congresso Nacional, considerando que parte delas foi apresentada por meio de Medida Provisória, com vigência imediata, mas validade condicionada à aprovação legislativa em até 120 dias.



# APROVADO PL QUE REGULARIA IMÓVEIS EM ÁREA DE FRONTEIRA

A Câmara dos Deputados aprovou esta semana, o Projeto de Lei 4.497/2024, que trata da regularização fundiária de imóveis rurais localizados em faixas de fronteira do Brasil, estendendo até 2030 o prazo para a ratificação dos registros desses imóveis. A proposta, de autoria do deputado Tião Medeiros (PP-PR), visa garantir segurança jurídica aos produtores rurais que possuem propriedades em uma faixa de 150 km ao longo da fronteira, abrangendo 588 municípios e cerca de 16% do território nacional.

O projeto permite a regularização dos imóveis rurais por meio de declaração escrita e assinada pelo proprietário, caso não seja possível obter certidões oficiais no prazo de 15 dias, e autoriza a regularização de grandes propriedades (com mais de 15 módulos fiscais) mesmo quando houver processos administrativos em andamento, como demarcação de terras indígenas com sobreposição de áreas. Além disso, impede que cartórios recusem o registro com base em pendências administrativas ainda não finalizadas, como processos de demarcação indígena não homologados ou propostas de criação de unidades de conservação ainda não formalizadas.

A proposta também estabelece que imóveis com área superior a 2,5 mil hectares dependem de autorização do Congresso Nacional para regularização, exigindo documentação comprobatória detalhada, como cadastro ambiental, georreferenciamento e comprovação de produtividade, além da vedação de que o titular figure em cadastros relacionados a trabalho escravo. Para propriedades menores, caso a ratificação não seja possível e não haja interesse público, as áreas poderão ser vendidas em licitação pública.

O projeto recebeu apoio do setor agropecuário, que destaca a importância da medida para garantir o direito à propriedade, evitar prejuízos por entraves burocráticos e ampliar o acesso dos produtores rurais a políticas públicas e crédito rural. Representantes do setor produtivo, ressaltaram que a aprovação representa um avanço para a segurança jurídica no campo e a continuidade das atividades agropecuárias.

## Regularização de áreas de fronteira:



Fonte: Elaboração própria com auxílio de IA.



# DESTAQUE DE PROPOSIÇÕES PROTOCOLADAS NA ALEP

Tabela 1. Proposições apresentadas na ALEP, de interesse do cooperativismo, na semana de 09-13 de maio de 2025:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Resumo	Status
<a href="#">PL 417/2025</a>	Luis Corti (PSB)	Preço do Leite	Dispõe sobre a obrigatoriedade de conferência diária e prévia de preço do leite fornecido pelos produtores rurais e estabelece critérios de transparência e penalidades, no âmbito do estado do Paraná.	O projeto de lei exige que empresas de laticínios informem diariamente aos produtores o preço do litro de leite, baseado em critérios objetivos como qualidade e volume, sem valores adicionais injustificados. Essa informação deve ser registrada eletronicamente e acessível, servindo de base para o pagamento, que deve ocorrer até o 15º dia após o mês de fornecimento. O descumprimento resultará em multas, fiscalização da ADAPAR e um canal para denúncias anônimas. A medida visa garantir transparência, justiça e fortalecer o setor leiteiro do Paraná	Protocolado 11/06/2025
<a href="#">PL 419/2025</a>	Ricardo Arruda (PL)	Pulverização	Regulamenta a pulverização agrícola no âmbito do estado do Paraná e dá outras providências.	O projeto de lei do Paraná regula a pulverização agrícola, proibindo a aplicação aérea de herbicidas e inseticidas perto de mananciais, residências, escolas e unidades de saúde, com distâncias mínimas de segurança. Permite métodos terrestres e pulverização aérea de fertilizantes não tóxicos. A proposta visa proteger a saúde pública, recursos hídricos e biodiversidade, garantindo segurança jurídica e uso responsável da tecnologia agrícola, equilibrando produtividade e sustentabilidade no estado.	Protocolado 11/06/2025

Opine sobre os Projetos de Lei através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.  
Clique no enunciado do ato da proposição, na primeira coluna, para acessar o texto completo.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link  
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua  
sugestão e/ou opinião.

